

País espera baixar *spread*

Bresser mostra hoje suas propostas ao Senado

O ministro da Fazenda, Bresser Pereira, vai expor, às dez horas de hoje, numa reunião secreta da comissão para a negociação da dívida externa, organizada pelo Senado, toda a estratégia que o Brasil desenvolverá para negociar com seus credores, tendo como pedra de toque a exigência de baixar o **spread**. Segundo um dos membros da comissão, o senador Virgílio Távora, do PDS do Ceará, o ministro assegurou que "contaria tudo", revelando aos senadores o teor da proposta, naturalmente sob o compromisso de que nada será divulgado, justamente para não prejudicar as negociações: o ministro deu ontem, em sua casa, os toques finais na proposta que levará aos credores.

Há, contudo, a impressão de que a proposta considerará, basicamente, uma negociação convencional, e será substancialmente distinta da que foi apresentada pelo ministro Bresser Pereira na recente reunião internacional sobre dívida externa em Viena, a da securitização da dívida e que foi rejeitada pelo secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker III.

PONTOS PRINCIPAIS

Embora nas linhas gerais a proposta siga as diretrizes de uma negociação convencional, ela insistirá na transformação de uma parcela da dívida em títulos de longo prazo a juros fixos, de forma a embutir a absorção de uma parte do deságio com que os títulos brasileiros estão sendo negociados no exterior.

Essa parcela não será de 30%, conforme a frustrada proposta inicial do Ministro do Planejamento, mas de um percentual a ser livremente negociado com os bancos credores. A outra característica é que, ao invés da imposição inicial, a securitização, nos termos da nova proposta, será voluntária, ou seja, dependerá da livre adesão dos banqueiros.

"EXIT BONDS"

Outro ponto importante na proposta que o Ministro da Fazenda antecipará hoje para a comissão da dívida externa do Senado diz respeito à instituição dos **exit bonds**, ou bônus de saída, títulos que seriam recebidos pelos pequenos e médios bancos em troca de sua saída do esquema de negociação, com a liquidação dos seus créditos mantidos junto ao Brasil.

Também em relação a essa questão, os especialistas em renegociação externa são pessimistas. Eles citam o exemplo da Argentina, que incluiu esse item no pacote da negociação de sua dívida, também como adesão voluntária, e dos 350 bancos que mantêm créditos de pequeno e médio valores apenas três aderiram ao sistema.

Finalmente, outra característica da proposta brasileira a ser exposta hoje aos senadores é a de uma renegociação a longo prazo. Ainda que um item da proposta refira-se ao refinanciamento de uma parcela (US\$ 4,3 bilhões) dos juros vencidos este ano e outra (US\$ 2,9 bilhões) dos juros que vencerão em 1988, em relação ao principal a intenção é uma rolagem por um prazo de pelo menos vinte anos, com sete de carência e **spread zero**.

Sabe-se, contudo, que a reivindicação do **spread zero** é apenas uma posição de negociação, pois os assessores do ministro da Fazenda que com ele trabalham na renegociação da dívida já o convenceram de que os bancos rejeitarão tal proposta. Realisticamente, o que parece possível é um **spread** ao Brasil no mesmo nível (0,875% da Libor) do concedido ao México e à Argentina.